

LISTA B

Bloco de Esquerda presente no distrito

Contextualização

No actual contexto político, com uma maioria absoluta do PS, com uma polarização da oposição na extrema-direita e com uma comunicação social desinteressada em alterar o que seja e confortável ao normalizar o extremismo fascizante, é notória a actual irrelevância da intervenção do BE e das suas propostas políticas. Este desaparecimento progressivo da cena política está directamente relacionado com o desfasamento das nossas propostas políticas, apresentadas aos eleitores nas últimas eleições, com a realidade das pessoas, das famílias e das empresas. A sequência de derrotas eleitorais é significativa da percepção generalizada de que o BE perdeu relevância e perdeu, acima de tudo, a proximidade com os problemas da vida quotidiana dos cidadãos. A direcção política do BE teima em não aceitar esta realidade e o seu estado de negação impede-a de reconhecer o fracasso das suas orientações e propostas políticas. Esta é uma direcção derrotada, esgotada e incapaz de superar essa sua condição. O Bloco de Esquerda precisa com urgência de um novo rumo, de um novo compromisso com a sociedade e de novos rostos que protagonizem essa mudança.

Num centralismo que ignora o restante território nacional, a nossa direcção política, os nossos quadros e funcionários cristalizaram numa institucionalidade encapsulada entre o Parlamento e a sede nacional. O Bloco de Esquerda é incapaz de propor e impor a sua agenda. Em torpor não age, reage à agenda mediática e política imposta por outros partidos.

Mas não é só na percepção da generalidade dos cidadãos que se percebem as fragilidades do nosso partido, que de movimento já pouco ou nada tem, mas é também na mais que evidente incapacidade para reunir e motivar o activismo e a militância das nossas fileiras. Olhemos para as nossas sedes locais, agora também alvos da perseguição da actual direcção que, sem qualquer critério, pretendem extinguir. Qual é a actividade que as sedes locais têm e conseguem realizar? Qual é a capacidade de reunião e de intervenção local? Qual é a dimensão da desistência ou abandono dos militantes? Mas mais, num momento de crise como o que agora experimentamos, a direcção nacional, não satisfeita, impõe um aumento de quotas aos militantes, enquadrado por uma denominação – “roteiro financeiro”, apelativa ao compromisso e à obrigação dos militantes assumirem a factura dos prejuízos e desmandos financeiros, ao mesmo tempo que procura garantir a sobrevivência dos seus quadros e funcionários.

É importante reabrir e reactivar as nossas sedes locais, incentivar efectivamente a criação de núcleos, chamar os militantes e simpatizantes, cativando-os para a militância e activismo e não impor obrigações e deveres. A militância quer-se voluntária e comprometida com ideais e projectos. Só assim impediremos o definhamento e agonia do nosso partido, pois sem pessoas não há ideias, não há movimento, nem há acção. Depois, é necessário sair das sedes e, com pragmatismo, criatividade e ambição, ir ao encontro das pessoas, nos contextos sociais e económicos onde seja preciso denunciar, intervir e resolver problemas, desigualdades, exclusões e discriminações. Um partido interventivo, destemido e rejuvenescido é aquilo que protagonizamos e ambicionamos para o Bloco de Esquerda.

Intervenção

Num momento de eleições para a CCD importa olhar para o território do nosso distrito com atenção. Neste contexto social e económico, verificamos que a presença e capacidade de intervenção do BE tem diminuído. Permanecemos organicamente a ser uma “correia-de-transmissão” da direcção política nacional. Estamos afastados do território, tão vasto e assimétrico, não conhecemos os problemas das suas populações e não estamos no terreno quando deveríamos estar. Importa, acima de tudo, estar atento e cuidar da vida das nossas comunidades, combater as assimetrias regionais e garantir maior qualidade de vidas às nossas populações. Assim, a nossa proposta política inclui um conjunto de temas e respostas para o distrito do Porto.

a) Organização:

A CCD deve promover mais plenários distritais de aderentes do que aqueles que estão definidos estatutariamente;

Garantir a representatividade de várias sensibilidades no secretariado distrital e das concelhias;

Promover a informação da vida partidária junto dos militantes, através do sítio da internet do bloco distrital, das redes sociais e de memorandos (sumulas) das reuniões dos órgãos do partido no distrito;

Mantemos a proposta de construção de listas à Assembleia da República pelo sistema de lista aberta;

Elaborar um roteiro social distrital, com ampla participação das CCC, procurando retratar com objectividade a realidade: identificando os problemas, as carências e as debilidades de cada concelho, e em simultâneo, apresentar respostas e soluções que garantam as especificidades de cada autarquia, assim como a coesão territorial do distrito.

b) Aumento custo de vida

O crescimento da inflação sem o devido acompanhamento dos salários reais, evidenciam a estratégia do Governo e do Patronato de congelarem os salários, não alterarem a legislação laboral e a contratação colectiva.

Está criada uma conjuntura política que agrava as condições de vida das populações, com o contributo dos média que disseminam o receio sobre o futuro imediato, o que contribui para o retrocesso nos objetivos da transição energética e do combate às consequências das alterações climáticas.

O movimento dos trabalhadores pelos salários e pela alteração das leis laborais tem de desempenhar papel central nas mobilizações para enfrentar a maioria absoluta. Qualquer programa progressista de combate à inflação – o PM já veio dizer que os combustíveis “só vão baixar quando a guerra parar” - passa pelo controlo de preços, mas tem de ir além disso, exige a preservação dos salários, o que significa a necessidade absoluta de aumentos salariais – a prioridade no combate à inflação, ao empobrecimento e à austeridade é o aumento dos salários. A nossa proposta é o reforço da presença e intervenção do BE junto trabalhadores e das empresas do distrito do Porto.

c) Emprego, trabalho, desemprego e precariedade

Aos já apontados problemas que afligem a população há que somar o elevado número de desempregados no Distrito do Porto. Dados do IEFP, relativos a Setembro de 2022, indicam 60169 desempregados, cifra desesperante que se estende por todo o distrito.

Por sua vez, quando o desemprego não produz números, muitas vezes está instalado o trabalho precário com todas as mazelas que produz com a falta de estabilidade económica e social. Estamos também preocupados com os mais recentes números e estatísticas relativas à falta de segurança no trabalho, que tem se traduzido num número crescente e preocupante de acidentes em ambiente laboral. Dados publicados no sítio de internet da Autoridade para as Condições do Trabalho, com actualização de 11 de Outubro, referem protuberante subida dos acidentes de trabalho mortais em Portugal nos últimos anos. Numa leitura fina dos dados, encontramos o Distrito do Porto com cifras preocupantes, tendo acontecido 20 acidentes laborais mortais em 2021 e outros 15 já este ano.

d) Transportes públicos e comunicações

Uma das dimensões onde se percebem as assimetrias regionais é no acesso e qualidade dos transportes públicos disponíveis para as populações. O distrito do Porto é vasto e caracteriza-se por uma paisagem mista de espaços urbanos e de espaços não-urbanos, o que implica um esforço acrescido para a cobertura total na disponibilidade da rede de transportes públicos.

e) Serviços Públicos básicos e universais

A presença do Estado por todo o território nacional é uma das premissas para a qualidade de vida das populações. Os serviços públicos são estruturantes para a vida das pessoas e permitem a fixação destas por todo o território. As desigualdades no acesso aos serviços públicos sentem-se no nosso distrito, nomeadamente entre os concelhos do litoral e os do interior. Aquilo que preconizamos e defendemos é uma proximidade dos serviços públicos básicos essenciais – saúde, educação, justiça, ciência e cultura, junto dos cidadãos e cidadãs. Atentos àquilo que é a atitude do Estado (central e local) para com o território deste distrito, a nossa acção será a monitorização da qualidade e eficiência. Interessa também que os investimentos públicos, nas suas diferentes dimensões - recursos humanos, infra-estruturas e equipamentos, garantam a permanência das comunidades no distrito do Porto.

f) Habitação

A maioria absoluta do governo PS, apesar de ter sido aprovada a nova Lei de Bases da Habitação pela Assembleia da República, continua sem a regulamentar e sem travar os despejos. Mais, andou a alardear a abundância dos dinheiros da bazuca-PRR, para outros objectivos e entidades, mas não se propõe realizar um programa de construção de habitação básica a preços controlados para as largas de dezenas de milhares de famílias sem casa digna. Perante esta cumplicidade do Estado e de grande parte dos municípios, às famílias e pessoas só lhes resta uma solução: organização e união e passar à acção colectiva de modo a garantir o direito básico a ter uma casa digna com infra-estruturas e equipamentos sociais, educativos e culturais.

A habitação tem de ser uma bandeira do Bloco em todo o país, mas também no distrito do Porto. A habitação merece a nossa atenção e o nosso esforço para a construção de uma alternativa que combata a especulação imobiliária dos mercados de compra/venda e de arrendamento e garanta a habitação como um direito de cada cidadão.

Combater o *cluster* do turismo, naquilo que ele tem de mais pernicioso, ou seja, a predação dos territórios urbanos e também não-urbanos, através da regulamentação séria das licenças de alojamento local, do impedimento de especulação imobiliária com vista à turistificação dos territórios e à sua consequente gentrificação.

g) Pobreza e exclusão

Os momentos ou períodos de crise são sempre propícios aos agravamentos das situações de pobreza e extrema pobreza, assim como acentuam as situações de exclusão social, seja por razões económicas, étnicas ou de género. A nossa preocupação está focada na defesa dos mais vulneráveis – os sem-abrigo, os desalojados, os idosos, as minorias, os migrantes e refugiados, e as vítimas de violência doméstica.

O combate à fome, ao desemprego e ao corte de rendimentos de quem trabalha será a solução para este flagelo social que também aqui no distrito do Porto existe e está por resolver. Impedir despedimentos avulsos e sem justa-cause, combater a precariedade no trabalho e a “uberização” nas diferentes áreas laborais, serão contributos importantes para a luta contra o crescente empobrecimento das nossas populações.

A mobilização social e laboral, ampla e combativa, nos setores de atividade e no espaço público é a esperança para enfrentar este estado de coisas, a injustiça distributiva na economia e o empobrecimento das camadas populares. Justiça na economia é uma exigência democrática que se opõe ao assistencialismo, às medidas pontuais que não beliscam os interesses e os lucros do capital e que exige dignidade nos salários e nas pensões. Luta social é o caminho que a todos/as diz respeito, é a questão política central, porque o Povo não aguenta!

h) Ambiente

Os tempos que vivemos exigem um combate ecossocialista, a convergência das múltiplas lutas sociais, de classe, feministas, antirracistas e anticolonialidade, com a preservação dos

recursos naturais numa atitude combativa e sem tréguas ao neoliberalismo, que tem vindo, cada vez mais a mostrar a sua natureza selvagem e violenta.

A ideologia hegemónica quer fazer-nos crer que não há alternativa, que o ecossocialismo não é solução para os problemas actuais. Mas é preciso consciencializar as pessoas que as soluções ecossocialistas são possíveis. Que o lucro não é fim último. A defesa do meio ambiente é, simultaneamente, uma luta pela qualidade de vida dos cidadãos nas comunidades e pelo seu futuro.

Impedir os ímpetus autárquicos da privatização dos espaços públicos, exigir mais parques naturais de lazer, exigir mais espaços de venda de produtos agrícolas locais e reclamar mais espaços para a agricultura urbana são algumas das medidas necessárias.

Não aceitamos que a Água seja objecto de especulação e cobiça dos agentes privados do neoliberalismo. Defendemos a re-municipalização dos serviços de captação e distribuição de água às populações do nosso distrito, assim como defendemos a regulação dos preços praticados de forma a garantir o acesso digno e de qualidade a todas as pessoas. Estamos atentos e preocupados com a situação da bacia hidrográfica do Douro e assumimos o compromisso da luta pela preservação dos recursos hídricos do distrito.

i) Território, assimetrias e regionalização

O território do distrito do Porto é vasto e caracteriza-se por diferentes ambientes: o litoral, o litoral interior e o interior, que se traduz por evidentes e pronunciadas assimetrias, seja a nível demográfico, económico, cultural e social.

É importante, num primeiro momento, repor a desagregação das freguesias e, depois, em definitivo promover o processo de regionalização no país. Só assim estas discontinuidades serão resolvidas e só assim conseguiremos maior equilíbrio regional. O Bloco deve incluir este assunto na sua agenda política nacional e regional, através da promoção de sessões de esclarecimento, através da discussão pública e de sessões de debates temáticos.

LISTA CANDIDATA:

1 Maria Elisa Carvalho Antunes Magalhães	21 Bruno Miguel Parada Gonçalves
2 Alberto Francisco Machado Guimarães	22 Isabel Patrícia C J Carvalho
3 João Pinto de Carvalho	23 José Domingos P Frutuoso
4 Lurdes Maria Silva Gomes	24 Jorge Nicolau S Lourenço
5 Ricardo André Lima Salabert	25 Daniela Raquel P. Borges
6 Pedro Queiroz Amorim	SUPLENTES:
7 Esmeralda Mateus	1 Víctor Manuel O Crespo
8 António Louro	2 Francisco Amorim santos Batista
9 Alberto de Sousa e Silva	3 Cláudia Dias
10 Maria José Magalhães	4 Vítor Manuel O Barros
11 Diogo Miguel Pinto Borges	5 Paulo José Gomes Mouta
12 Fernando Manuel R Castro	6 Marisa Cláudia Arantes
13 Ana Paula Bastos	7 Ricardo Fernando Esperança Dias
14 Paulo Renato Cardoso Ricardo	8 Luís Miguel Goncalves Santos
15 Joaquim Fernandes Pereira Araújo	9 Helena Lima
16 Domicilia Costa	10 André Queiroz Amorim
17 Gualter Miguel Fonseca Costa	11 Israel Silas d Araújo
18 Luís Miguel Vale	12 Luz Celeste V Q S Batista
19 Ana Paula P Pinto Machado	13 Leandro Pires
20 Ivo Emanuel M Barros	14 Pedro Albuquerque Dias

Mandatário: **Alberto Francisco Machado Guimarães**

alberto.ammguimaraes@gmail.com

Telemóvel - 910159647